

“Em fevereiro de 2003 efetivou-se a parceria entre a Subprefeitura Lapa e o Instituto 5 Elementos para coordenação das atividades de implantação da Agenda Socioambiental - Rede da Lapa, com a participação de Entidades do governo, Empresas, Institutos de Ensino e da Sociedade Civil.”



Grupo da Rede da Lapa na 1ª visita técnica de reconhecimento da região.

Patrocínio

Caltabiano

TOYOTA **LEXUS**
Av. Pacaembu, 380 - Barra Funda - SP
11 3660.300

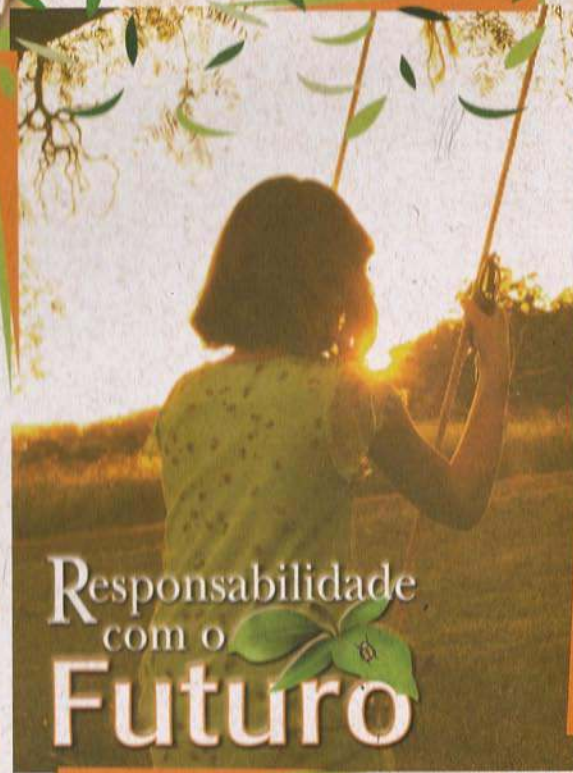
Apoio

AVINA

Patrocínio

Calwest Autos

TOYOTA
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1361 - Jd. Edith - SP
11 5502.2500



Coordenação

5 ELEMENTOS
A arte de uma nova consciência

SUBPREFEITURA
Lapa

Agradecimentos especiais

Sr. Aducto José Durigan, Subprefeito da Lapa e Sr. Pedro Jacobi, Presidente OSCIP 5 Elementos por suas contribuições enriquecedoras, por acreditarem e apoiarem todo o processo de implantação da Agenda Socioambiental - Rede da Lapa.

Expediente

EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES

Subprefeitura Lapa e Instituto 5 Elementos

Autores: Luiz da Silva Filho, Maria Luiza Gonçalves e Mônica Renard

Colaboradores: Mônica Pilz Borba, Patrícia Otero, Renata Portnoy e Valter Ramos Jacinto.

Jornalista responsável: Alberto Terçariol (MTB 19.593)

Projeto gráfico e Editoração: Dmag Comunicação (5542.6745)

Distribuição: Agenda Socioambiental - Rede da Lapa

Tiragem: 5.000 exemplares (novembro de 2004).

SUBPREFEITURA LAPA

Gestão 2001-2004

Subprefeito: Aducto José Durigan

Chefe de Gabinete: Luiz da Silva Filho

Assessoria: Eliana V. Araújo, Maria Luiza Gonçalves, Suely Ferreira da Silva e Valter Ramos Jacinto.

Rua Guaicurus, 1000 - CEP 05033-002 - São Paulo - SP

Telefones: (11) 3672.0610 - 3801.3734

www.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras

lapa@prefeitura.sp.gov.br

5 ELEMENTOS - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental

Diretoria: Mônica Pilz Borba, Mônica Renard e Patrícia Otero.

Rua Caio Graco, 379 - CEP 05044-000 - São Paulo - SP

Tel/fax: (11) 3871.1944

www.5elementos.org.br

comunicacao@5elementos.org.br



Impresso em papel reciclado

Agenda Socioambiental Rede da Lapa

Responsabilidade com o futuro

“O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida.”

(Declaração de Estocolmo, 1972).

05 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente

Índice

Questão de sobrevivência, Eco-92 e Agenda 21	Pág. 2
A força da União	Pág. 8
Mobilizar para Transformar	Pág. 10
Agenda 21 Brasileira	Pág. 11
Agenda 21 Local - Rede da Lapa	Pág. 16
Informações na Internet	Pág. 24

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

(Art. 225 da Constituição do Brasil)

Questão de sobrevivência

A DÉCADA DE 70 marcou o início de uma mudança radical de comportamento em relação ao meio ambiente. O desenvolvimento industrial, os altos índices de poluição e o crescente número de problemas ambientais exigiram reflexão e novos compromissos dos governos e das sociedades.

Em junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano lançou o documento Nosso Futuro Comum, em que consolida o conceito de Desenvolvimento Sustentável, capaz de atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. Desde então, o tema passou a integrar, de forma permanente, a agenda política internacional das nações mais influentes do mundo. A preocupação com a sobrevivência do planeta lançou a semente que iria gerar, vinte anos depois, a assinatura da Agenda Global 21, no Rio de Janeiro.



ECO-92 e a Agenda 21

A AGENDA 21 foi uma das declarações mais relevantes assinadas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92). O evento reuniu 180 chefes de Estado, 18 mil organizações e milhares de participantes.

O documento Agenda 21 Global está organizada em 40 capítulos, agrupados em quatro seções:

Seção I: Dimensões Social e Econômica (Capítulo 2 a 8)

Refere-se a políticas que contribuem para a redução das desigualdades entre os hemisférios Norte e Sul, dívida externa, combate à pobreza e miséria, mudança de padrões de produção e consumo, controle do crescimento populacional, melhoria da saúde pública e da qualidade de vida dos assentamentos humanos.

Seção II: Conservação e manejo dos recursos para o desenvolvimento (Capítulo 9 a 22)

Diz respeito a políticas e iniciativas que visam à conservação e gestão dos recursos naturais (terra, águas, energia, uso e ocupação do solo) e formas de gerenciamento dos resíduos e substâncias tóxicas.

Seção III: Fortalecimento do papel dos grupos principais (Capítulo 23 a 32)

Aborda formas de apoio à participação dos segmentos das mulheres, jovens, populações indígenas, empresários, organizações não-governamentais e sindicatos de trabalhadores nos processos de decisão. O capítulo 28 trata das Agendas Locais.

Seção IV: Meios de implementação (Capítulo 33 a 40)

Discorre sobre iniciativas voltadas ao fortalecimento e criação de mecanismos de financiamento e instrumentos jurídicos nacionais e internacionais orientados para a sustentabilidade.

Em mais de uma centena de países, governos e cidadãos trabalham em conjunto para implementar os conceitos da Agenda 21.



Documentos importantes gerados na Rio-92

Convenção sobre Diversidade Biológica

Tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Aborda as mudanças nos padrões climáticos mundiais. Os compromissos dos países desenvolvidos são avaliados em reuniões conhecidas como Conferência das Partes (COP). Realizada no Japão, em 1997, a terceira sessão da Conferência das Partes (COP-3) decidiu, de forma consensual, adotar o Protocolo de Quioto, segundo o qual os países industrializados reduziram, entre 2008 e 2012, suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990. Se cumprido, esse compromisso reverterá tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas há 150 anos nesses países.

Dentre as dezenas de tratados das ONGs gerados na ECO-92, três merecem destaque: A Carta da Terra, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Declaração do Rio.

Carta da Terra

Resultante de processo participativo na Rio-92, explicita princípios para fundamentar a ação humana na construção de um mundo justo, ambientalmente saudável e sem violência, onde as comunidades possam, em respeito mútuo, exercer o direito à Vida. Os princípios foram elaborados para serem aplicados tanto no plano individual como na esfera das organizações civis, governamentais e empresariais. A Carta da Terra serve de base para as ações de implantação da Agenda 21, como instrumento importante para o exercício de ética e poder político na nova sociedade.

Declaração do Rio

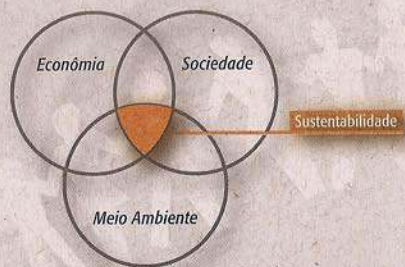
Os diferentes princípios deste documento estabelecem uma adequada relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, colocando o Ser Humano como centro das preocupações, conforme deixa claro o Princípio 1: "Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza." Estabeleceu-se que os países têm o direito soberano de exploração de suas riquezas ambientais que, no entanto, são de interesse comum da humanidade, com responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Documento que objetiva propiciar a reflexão e o debate sobre a educação, elemento central na formação de valores e na ação social. Propõe uma educação ambiental participativa, política e emancipatória, tentando trazer novas esperanças e vida para o planeta.

Princípios da Agenda 21

- Programa pioneiro de ação internacional que busca implementar padrões de desenvolvimento que conciliem proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
- Propõe estratégias, sugere metodologias e mecanismos institucionais de implementação e monitoramento das ações.
- Atua nas questões do campo (uso do solo, agricultura, pecuária, exploração de recursos naturais) e da cidade (planejamento urbano, serviços públicos, transporte, ocupação do solo, proteção de ambientes naturais).
- Estabelece roteiro de ações de curto, médio e longo prazos, com metas, recursos e responsabilidades definidas.
- Decisões obtidas por consenso, com a participação e o comprometimento de todos (Governos, população e iniciativa privada).



Desenvolvimento Sustentável

Existem diferentes interpretações para este termo. Sinônimo de melhor qualidade de vida, o conceito define o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social. Suas prioridades: satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, participação da população, preservação dos recursos naturais, programas educativos e sistema social que garanta emprego, segurança social e o respeito a outras culturas.

Desenvolvimento Sustentável também quer dizer justiça social: as necessidades presentes são satisfeitas, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Sociedades Sustentáveis

Está baseada no respeito a todas as formas de vida. Seus padrões de produção e consumo atendem às necessidades básicas dos cidadãos sem provocar desequilíbrios social e ambiental (pobreza, injustiça social, contaminação do ar, do solo e das águas, desperdício de recursos naturais, degradação ambiental).

No entanto, é indispensável que todos os segmentos das sociedades tomem medidas consideradas oportunas e adequadas.

Consumo sustentável

Esse conceito trata de repensar o atual consumo em busca de estratégias e alternativas que minimizem os impactos ambientais do consumo e ampliem a justiça redistributiva.

É importante compreender a qualidade do consumo e os comportamentos associados a ele, o que inclui conscientizar-se do ciclo completo de vida dos produtos consumidos, desde a extração da matéria-prima, o processo de produção e o descarte das sobras.

A força da união

A importância do Estado, das empresas e da sociedade

Para a construção de sociedades sustentáveis não existem dogmas ou fórmulas estabelecidas. O ritmo de implementação depende dos recursos humanos e financeiros de cada município.

Governos

Com o poder que exercem, os governos estabelecem padrões, regulamentos, impostos e parâmetros de desenvolvimento em suas economias. Influenciam os mercados ao comprar e vender produtos e serviços ambientais (água, gerenciamento do lixo e controle do uso do solo), econômicos (transporte e infra-estrutura) e sociais (saúde e educação).

Com a implementação de normas relacionadas à Gestão do Meio Ambiente, o poder público deve direcionar seus produtos e serviços para o bem estar da sociedade, promover o desenvolvimento de sua região e preservar a biodiversidade dos ecossistemas.

Iniciativa Privada

A questão ambiental introduziu novos paradigmas às corporações. Hoje, a conduta das empresas está sob os refletores da mídia. Não só importa o que produzem, mas de que maneira produzem. Com isso, a iniciativa privada - principal força de crescimento e desenvolvimento - passou a ser cobrada por seus atos.

Cresceram os investimentos em causas sociais. Muitas companhias têm desenvolvido práticas de gestão socialmente responsável, com destaque para temas como ética e transparência, cliente e consumidor, meio ambiente, fornecedores, governo e sociedade, público interno e comunidade. Nos anos 90, o conceito de responsabilidade firmou-se definitivamente.

Sociedade

De forma geral, são as instituições da sociedade que propõem a elaboração da Agenda 21. Cabe a elas promover a difusão dos conceitos e pressupostos junto aos órgãos públicos, comunidades, associações, escola, igrejas, empresas, sindicatos.

Com destacada atuação, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) promove o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista dos direitos sociais e da democracia. Com 270 associadas, a ABONG se destaca por suas ações em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões urbanas, agrárias e agrícolas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

Ações descentralizadas

- A iniciativa pode ser do governo federal, estadual ou municipal, de instituições ou de empresas.
- O beneficiado poder ser um Estado, região, município, bairro, bacia hidrográfica ou escola.
- As interdependências ambiental, econômica, social, cultural e institucional devem ser consideradas;
- A participação dos segmentos sociais é imprescindível;
- A mobilização e condições políticas favoráveis contribuem para o processo.
- Ação integrada de todos os participantes.

Mobilizar para transformar

Conceitos importantes

Cooperação e parceria: São as bases do relacionamento proposto para o processo de implementação da Agenda 21. Pode ocorrer entre países, entre diferentes níveis de governo (nacional, estadual e local), entre órgãos (Subprefeituras ou Secretarias) e entre segmentos da sociedade (ONGs, empresas, comércio, indústria).

Desenvolvimento da capacidade institucional: Por meio do treinamento de recursos humanos, procura desenvolver competências e o potencial de instituições para o gerenciamento das mudanças.

Educação e desenvolvimento individual: Destaca a capacitação individual e a necessidade de ampliar o horizonte cultural e as oportunidades aos jovens. Governos e organizações devem promover programas educacionais que debatam os problemas comuns à humanidade e incentivem o engajamento.

Igualdade de direitos e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis: Crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, populações tradicionais e indígenas devem ser incluídos e fortalecidos nos processos de implementação da Agenda 21.

Informação: É necessário tornar disponíveis dados e informações que subsidiem cálculos, decisões e o monitoramento dos impactos das atividades humanas no meio ambiente.

Renda Justa: As desigualdades sociais e econômicas são uma das principais causas da pobreza mundial. É pressuposto da Agenda 21 a melhor distribuição de renda, a preservação dos recursos naturais, o acesso à tecnologia, educação, saúde, serviços públicos e de infra-estrutura básica.

Participação: Pode ser de forma direta: Conselhos, Associações de Bairro e ONG's, grupos de trabalho, fóruns de discussão, audiências públicas,

Orçamento Participativo, Plano Diretor, consultas públicas. Ou indireta, apoiando programas de coleta seletiva e economia de água, energia elétrica, plantio de árvores e "adoção" de praças etc.

Planejamento: Processo de caráter permanente, requer a participação da comunidade para obter efetiva mobilização e legitimidade. Inclui eleição de prioridades, definição de estratégias, de objetivos e ações. É a base dos métodos propostos pela Agenda 21.

Solidariedade: Para transformar o presente e assegurar o futuro, é preciso que habite, em cada um de nós, postura solidária frente a todos os seres humanos e não humanos que habitam e convivem no planeta.

Agenda 21 Brasileira

O BRASIL ASSUMIU o compromisso de elaborar e implementar sua Agenda 21. Seminários realizados nos últimos anos buscaram articular representantes de vários setores para avaliar as formas de implementação das propostas, com a participação do Governo brasileiro, de organizações não governamentais e da sociedade.

Em 1997 foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira. Concluída em 1999, a primeira versão do documento foi objeto de cerca de 6.000 emendas apresentadas por organizações em debates estaduais e regionais.

No Estado de São Paulo, as 382 propostas levantadas concentraram-se em assuntos como exploração de recursos naturais, instrumentos econômicos, produção em consumo, gerenciamento ambiental e redução das desigualdades sociais.

Em julho de 2002, a Agenda 21 Brasileira foi finalmente concluída e apresentada à sociedade. Foi um processo participativo para definir políticas públicas no país, o que o credencia a ser referência nas atividades do PPA - Plano Plurianual e nas Conferências Nacionais Setoriais (meio ambiente, cidades, etc). Em razão da metodologia utilizada, a elaboração do documento contou quase que exclusivamente com a participação de técnicos do governo e de representantes acadêmicos.

Em setembro de 2002, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo, África do Sul, para avaliar a mudança global desde a Rio-92. O encontro reuniu líderes mundiais, cidadãos engajados, agências das Nações Unidas e instituições financeiras multilaterais.

A conclusão, frustrante para os ambientalistas, foi a de que os avanços foram poucos pela falta de metas e prazos para as áreas prioritárias.

Na oportunidade, a Secretaria do Meio Ambiente apresentou o relatório "Agenda 21 em São Paulo", com as ações realizadas no período de 1992-2002 no Estado mais desenvolvido do país.

Mobilização em todos os níveis

- Em 2003 foram realizadas as Conferência Nacional do Meio Ambiente e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente com o tema "Vamos cuidar do Brasil".
- Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA, versão adultos, contou com a participação de mais de 70 mil pessoas nos encontros preparatórios regionais, municipais, setoriais e nas 27 Pré-Conferências Nacionais nos Estados.

Principais deliberações:

- Criar legislação federal específica de apoio à elaboração, implantação e funcionamento das Agendas 21 Locais e dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como pré-condição

para a liberação de recursos públicos federais, estaduais e municipais;

- Divulgar, promover, apoiar e investir recursos federais e estaduais na elaboração, implementação e monitoramento de Agendas 21 Locais, articuladas com planos diretores municipais;
- Criar assessoria para que as prefeituras possam elaborar suas Agendas 21 Locais em conjunto com atividades de educação ambiental.

Em junho de 2004, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ampliou e estabeleceu novas atribuições para a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Criada em 1997, a Comissão conta hoje com 34 integrantes, sendo 17 governamentais e 17 de entidades civis. Suas atribuições: propor estratégias de desenvolvimento sustentável para o país, coordenar e acompanhar a implementação e revisões periódicas da Agenda 21 Brasileira e das Agendas 21 Locais.

Política Nacional do Meio Ambiente

- Em 1981 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, que inaugurou a integração entre as diferentes normas e a moderna concepção de que meio ambiente é uma totalidade que não pode ser tratada de forma parcial.
- Criada em 1998, a lei 9.605 estabelece um conjunto de sanções penais e administrativas para quem violar a legislação ambiental.
- O artigo 129, III, da Constituição Federal estabelece como uma das funções institucionais do Ministério Público "promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos".

Para garantir a sustentabilidade

	GOVERNO	EMPRESAS	SOCIEDADE CIVIL
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar a formalização de micro e pequenas empresas; - Criar alternativas de trabalho e geração de renda; - Criar programas educacionais, culturais e de lazer para jovens, minorias e excluídos; - Alfabetizar adultos; - Incentivar a criação de cooperativas de catadores de lixo e de serviços de garis comunitários; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuar com responsabilidade social, (proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, oportunidades de emprego). - Responder às expectativas e pressões da sociedade com percepção, compromisso e ação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver a população em projetos de qualidade de vida e preservação ambiental; - Promover o diálogo entre os agentes sociais; - Capacitar a população a criticar o desenvolvimento urbano;
Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Mudar a cultura pública e modernizar a estrutura governamental para desenvolver o estilo de gestão, tecnologia, qualidade de vida e meio ambiente. - Desenvolver mecanismos que viabilizem a efetiva participação da sociedade no planejamento e gestão urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercer desempenho ambiental adequado, com vantagens competitivas: redução de acidentes, otimização do trabalho, prevenção de ações civil ou criminal, melhora do relacionamento da empresa com órgãos ambientais e com a comunidade, melhoria da imagem da empresa - Promover a gestão ambiental e socialmente responsável em todos os escalões da empresa, de forma permanente e estruturada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar propostas para espaços de representação existentes na cidade; - Ocupar espaços nas instâncias de tomada de decisão: Conselhos Municipais, Planos Diretores e Orçamento Participativo; Comitês de Bacia Hidrográficas, Conselho Gestor de Parques etc - Promoção da cultura de redes

	GOVERNO	EMPRESAS	SOCIEDADE CIVIL
Produção e Consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os custos reais e os recursos destinados a cada área de atuação; - Buscar soluções para as demandas da população. - Melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura: água, resíduos sólidos, energia e transporte; - Monitorar a qualidade de vida e os resultados das políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar o princípio da gestão ambiental, com muitas vantagens: maior aceitação de produtos e serviços no mercado, fim das penalidades e multas, redução de custos, minimização de impactos, recuperação de danos ambientais e diminuição de consumo de matéria-prima, água e energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar educação ambiental emancipatória e transformadora, promovendo visão sistêmica para implantação de práticas sustentáveis: projetos de coleta seletiva, economia de água e energia e consumo responsável. - Diagnosticar os problemas e atuar em parceria na sua resolução. - Apoiar iniciativas de economia solidária.
Instrumentos econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de fundo para a sustentabilidade da Agenda 21 e aportar recursos e promover a institucionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Certificar produtos e serviços por meio da ISO 14.000, estabelecendo padrão de sistema de gestão ambiental que representa a consolidação dos procedimentos e requisitos relacionados com o meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar fundos de financiamento para propostas de Agenda 21 Local e outras ações, que podem ser grandes impulsionadores de processos participativos.
Ciência e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a capacitação técnico-científica dos órgãos de gestão ambiental; - Divulgar estudos, projetos e avaliações das tecnologias nacionais adequadas; - Ampliar o espaço de atuação da gestão ambiental na avaliação das políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Obter apoio público aos esforços tecnológicos dos empresários; - Atrair pesquisadores para as atividades de adaptação tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer os canais de controle social das demandas científicas e tecnológicas; - Difundir conhecimentos Para a capacitação e formulação das necessidades;

Agenda 21 Local - Rede da Lapa

A AGENDA 21 LOCAL está integrada ao Estatuto da cidade, ao Plano Diretor Estratégico, ao Plano Regional Estratégico, Plano Plurianual e ao Orçamento Participativo, fóruns que auxiliam a consolidação de uma cultura democrática na formulação e gestão participativa do desenvolvimento.

Embora não haja vinculação ou subordinação entre a Agenda 21 Nacional e as iniciativas das Agendas 21 Locais, muitos dos problemas tratados em ambas as instâncias têm raízes comuns. Por isso, as Agendas Locais são o fórum ideal para que autoridades, lideranças comunitárias, empresários e a sociedade civil articulem e implementem ações.

Em 1996, o município de São Paulo formulou sua Agenda 21, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentado - CADES. O trabalho foi realizado por técnicos da administração direta e indireta da Prefeitura.

Numa cidade como São Paulo, onde a lógica do crescimento foi cruel do ponto de vista ambiental, econômico e humano, atraindo e segregando parcelas enormes de população, faz-se extremamente necessária a parceria entre o poder público, a iniciativa privada e a participação efetiva da população na busca pela melhoria da qualidade de vida urbana.

Área de Jurisdição - Subprefeitura da Lapa - Zona Oeste - SP

Unidades Territoriais	População 2002
Barra Funda	12.965
Jaguara	25.713
Jaguare	42.479
Lapa	60.184
Perdizes	102.445
Vl. Leopoldina	26.870
Subprefeitura Lapa - Total	270.656
Município de São Paulo	10.434.252



Subprefeitura Lapa

Aspectos físicos, demográficos, sociais e urbanos

A SUBPREFEITURA LAPA pode ser comparada a uma cidade de porte médio, com uma área de 40,1 km² e aproximadamente 270 mil habitantes. Houve um decréscimo populacional de 15,37% em relação ao censo de 1980. Trata-se de uma região ocupada por bairros residenciais, shoppings centers, intenso comércio e serviços. Há duas grandes áreas verdes: o parque estadual da Água Branca (Barra Funda) e o municipal da Vila dos Remédios (Jaguara).

Na área de abrangência da Subprefeitura Lapa estão instaladas grandes indústrias, depósitos e armazéns, que geram cerca de 200 mil empregos. As maiores ofertas de trabalho (85%) encontram-se no setor terciário, incluindo o CEAGESP (Vila Leopoldina), considerado o 3º comércio atacadista de produtos perecíveis do mundo.

Localizada na região noroeste da capital, a área da Subprefeitura Lapa é confluência de vias ferroviária, metroviária e rodoviária. Ponto final de várias linhas de ônibus municipais, intermunicipais e interestaduais (Terminal Barra Funda), o bairro é rota para quem se desloca de Pirituba, Perus, Freguesia do Ó e de municípios vizinhos, como Osasco, Barueri, Caieiras e Cajamar (Terminal da Lapa). As rodovias Castelo Branco, Anhanguera e Bandeirantes e as Marginais Tietê e Pinheiros encontram-se no seu território ou limites.

É grande o afluxo de pessoas que vêm de outras regiões para trabalhar, comprar nos shoppings, hipermercados e no Mercado Municipal, que no ano de 2004 completou 50 anos de história. O esporte, o lazer e a cultura contam com ótimas opções: o Clube da Cidade Alto da Lapa- Pelezão, o Clube da Cidade Jaguaré, o Parque Antártica e os Centros de Treinamento do Palmeiras e do São Paulo Futebol Clube, o SESC Pompéia, o Me-



morial da América Latina, o Espaço Cultural Tendal da Lapa, o Play-center, a Estação Ciência, os teatros Tuca e Cacilda Becker, a Casa das Caldeiras e a casa de shows Olympia. Universidades importantes estão na área da Subprefeitura Lapa: a PUC, UNINOVE, UNIP, Faculdade Rio Branco, SENAC, Mogi das Cruzes e Campos Salles.

A Subprefeitura Lapa dispõe de condições que favorecem um maior desenvolvimento econômico com melhor qualidade de vida: ampla infraestrutura, saneamento básico, equipamentos educacionais, de saúde, cultura, esporte, áreas verdes, ruas pavimentadas, iluminação pública e alguns bairros bem arborizados e estritamente residenciais.

Uma mudança está em gestação: de perfil predominantemente industrial, a região está em processo de revitalização e se transformando em um pólo educacional, comercial e cultural. Com a construção do Fórum Trabalhista ao lado do Fórum Criminal, a tendência é que haja um crescimento na oferta de serviços. Além da Operação Urbana Água Branca e um concurso para a criação do projeto Bairro Novo, na Barra Funda, ambos em curso, está prevista a Operação Urbana Vila Leopoldina/Jaguari, com projeto a ser encaminhado à Câmara Municipal.

Indicadores

População, Domicílios, Área e Densidade Demográfica				
Unidades Territoriais	População	Domicílios Particulares	Área (ha)	Densidade
Município de São Paulo	10.434.252	2.985.977	150.900	69,15
Lapa	270.656	87.703	4.009	67,51

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano/Sempla - Depto. Informações



Por uma vida mais saudável

SEGUNDO O ÍNDICE de Desenvolvimento Humano Municipal/ IDH-M, a Subprefeitura Lapa ocupa o 3º lugar dentre as Subprefeituras de São Paulo, com 56 bairros e a área de abrangência está dividida em seis distritos: Barra Funda, Jaguará, Jaguaré, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina.

De outubro de 2002 a março de 2003, a Subprefeitura Lapa elaborou e discutiu o Plano Regional Estratégico de forma ampla e democrática. Na primeira etapa, de análise situacional, foram diagnosticados os problemas e necessidades de cada distrito administrativo e na segunda, denominada etapa propositiva conceitos e propostas foram difundidos junto às comunidades, associações de moradores de bairros, escolas, governo e demais participantes do processo. O resultado desse processo foi encaminhado à SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, transformado em Projeto de Lei 139/04, aprovado pela Câmara Municipal em agosto/2004, convertendo-se na Lei nº 13885/2004. Esta nova Lei institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o Parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do município de São Paulo.

Condições Ambientais

OS ESTUDOS E AS VISITAS LOCAIS identificaram problemas e apontaram soluções para a Subprefeitura Lapa:

- 99,80% dos domicílios contam com rede de água, 95,7% são atendidos por rede de esgotos ou fossa séptica e 99,9 % têm coleta regular de lixo. No entanto, há poluição das águas pelo despejo irregular de lixo, fossas como destino do esgoto e descarga de líquidos industriais e de serviços domésticos;
- A Coleta Seletiva Solidária reduziu o volume de lixo destinado aos ater-

ros sanitários e propiciou a inserção social de quem vive da coleta;

- O Parque Estadual Fernando Costa, no distrito da Barra Funda, e o Parque Municipal da Vila dos Remédios no distrito de Jaguará representam uma taxa de área verde de 4,8 m²/habitante. A Organização Mundial da Saúde recomenda 12 m²/hab.

- Há anos população reclama o fechamento da Usina de Compostagem de Vila Leopoldina, que funciona desde 1974, responsável pela recepção do lixo oriundo da coleta domiciliar da Lapa e partes de outras Subprefeituras. A Usina está em fase de desativação pela prefeita Marta Suplicy e o local será transformado em um Parque Municipal - Vila Leopoldina "Orlando Villas Boas", contribuindo com o aumento de áreas verdes na região.

Orçamento Participativo

Propostas aprovadas

IMPLANTADO EM 2001, o Orçamento Participativo permite ao cidadão debater e decidir sobre o orçamento municipal e políticas públicas. No primeiro ano, as áreas de Educação e Saúde foram submetidas à escolha popular. Em 2002, a população da Subprefeitura Lapa elegeu a Habitação como terceira área de prioridade.

Em 2003, de forma descentralizada, o Orçamento Participativo abrangeu todas as áreas de atuação do governo municipal e contou com a coordenação das 31 Subprefeituras. Além disso, foram eleitos delegados dos segmentos vulneráveis da sociedade (idosos (as), jovens, mulheres, negros (as), portadores de necessidades especiais, pessoas em situação de rua, GLBT - gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) os quais discutem políticas públicas específicas.

Na Subprefeitura Lapa, o Orçamento Participativo contou com a presença de aproximadamente 4.000 pessoas, dentre autoridades municipais, empresários e líderes comunitários e população em geral, no período de 2001 a 2004. No âmbito socioambiental, foram aprovadas as seguintes propostas, em ordem de prioridade:

- 1º - Programa de criação de áreas verdes e incremento à arborização;
- 2º - Programa de recuperação, revitalização e preservação de áreas verdes;
- 3º - Coleta Seletiva solidária;
- 4º - Recuperação das áreas degradadas para transformá-las em parques;
- 5º - Gestão de Resíduos Sólidos.

Parceria com o Instituto 5 Elementos

O **INSTITUTO 5 ELEMENTOS** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dirigida por profissionais especializados em pesquisa e educação ambiental. Criado em 1993, sua missão é "consolidar os valores e princípios para a construção de sociedades sustentáveis e aprofundar a relação das pessoas com o Meio Ambiente, promovendo uma Educação Ambiental emancipatória e transformadora". Atua em parceria com entidades governamentais, privadas e organizações sociais.

Em fevereiro de 2003, após um ano de estudos e articulações, efetivou-se a parceria entre a Subprefeitura Lapa e Instituto 5 Elementos para a coordenação das atividades de implantação da Agenda Socioambiental - Rede da Lapa. Atualmente entidades do governo, empresas, instituições de ensino e da sociedade civil atuam em conjunto na Rede da Lapa. Os participantes se encontram em reuniões gerais, promovem palestras, realizam visitas técnicas e fazem pesquisas com a comunidade.

Foram criados três grupos de trabalho: Comunicação e Educação Ambiental; Gestão de Resíduos Sólidos/Áreas Verdes e Sustentabilidade e também uma rede virtual para troca de informações.

Ciclos de Formação

A AGENDA SOCIOAMBIENTAL - Rede da Lapa também investe na formação de seus colaboradores. Já foram realizados diversos eventos, com os seguintes temas:

- Metodologia de Agenda 21
- Educação Ambiental e Agenda 21
- Coleta Seletiva Solidária
- Brasil Sustentável e Democrático
- Águas da Lapa
- História da Lapa
- Meio Ambiente e Cidadania
- A Lapa em Foco

No segundo semestre de 2004 foi realizado o curso de Educação Ambiental em parceria com a SVMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, totalizando 5 encontros com a carga horária de 24h.

A metodologia também estimulou as visitas técnicas: viagens de trem para reconhecimento da região, visitas à usina de Compostagem da Vila Leopoldina e Central de Triagem, Circuito Interligado e Terminal de ônibus da Lapa e Projeto Oficina Boraceia.

Fundamentos do Trabalho em Rede



Fonte: Rede Brasileira de Educação Ambiental

Com o objetivo de promover intercâmbios de experiências, a coordenação da Rede da Lapa participou dos encontros:

- 1º Seminário Internacional de Cidades Saudáveis, com apresentação de experiências das Subprefeituras de São Paulo e painéis;
- Fórum Mundial da Educação, realizado em São Paulo, com a oficina *Experiências da Agenda 21 no Brasil*. O evento contou com a participação das Agendas Escolares de Suzano e Santos, Programa Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente e Fórum Agenda 21 de São Paulo;
- Grupo de Trabalho Agenda 21 do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, realizado em Brasília, e nos encontros promovidos pela Rede Paulista de Educação Ambiental - REPEA;
- V Fórum de Educação Ambiental, ocorrido em Goiânia - GO, com apresentação de painel "Agenda Socioambiental - Rede da Lapa".

Um projeto para todos

PARTICIPAR DA VIDA do seu bairro é o primeiro passo para tornar a cidade mais humana, mais agradável. As propostas da Agenda 21 exigem esforços permanentes para transformar causas em fatos, princípios em ações. Depende de cada um a tarefa de transformar o presente para garantir um futuro mais verde e com qualidade de vida, menos degradado e mais sustentável para as gerações futuras.

Para isso, são necessárias articulações em todos os níveis:

- Mobilizar governos, empresários, ONGs e comunidades;
- Articular parcerias para cooperação e formação da Rede;
- Capacitar os diferentes atores e multiplicar lideranças;
- Imprimir caráter institucional às atividades;
- Estabelecer temas, preparar diagnósticos, identificar problemas;
- Elaborar propostas, Plano de Ação e plano de sustentabilidade;
- Viabilizar recursos financeiros e humanos.



Informações na Internet

- 5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
www.5elementos.org.br
- Subprefeitura Lapa
www.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras
- Ministério do Meio Ambiente
www.mma.governo.br
- Ministério da Ciência e Tecnologia
www.mct.gov.br
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente - São Paulo
www.ambiente.sp.gov.br
- Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - São Paulo
www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente
- Organização das Nações Unidas - ONU
www.un.org
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
www.pnud.org.br
- Compromisso Empresarial para Reciclagem
www.cempre.org.br
- Conferência Nacional do Meio Ambiente
www.mma.gov.br/conferencianacional
- Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP/CIESP
www.fiesp.org.br
- ICLEI - Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
www.iclei.org
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS
www.fboms.org.br
- Mapa do Terceiro Setor
www.mapadoterceirosetor.org.br
- Portal do Protagonismo Juvenil
www.protagonismojuvenil.org.br
- Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio ambiente e Paz
www.vitaecivilis.org.br
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
www.abong.org.br
- Instituto AKATU - Pelo Consumo Consciente
www.akatu.org.br

Parceiros da Agenda Socioambiental - Rede da Lapa

- 5 Elementos Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
- Associação dos Amigos do Parque da Água Branca - ASSAMAPAB
- Associação Reciclázaro
- CIESP - Distrital Oeste
- Coordenadorias da Subprefeitura Lapa:
 - Ação Social e Desenvolvimento
 - Saúde
 - Educação;
 - Manutenção da Infra-Estrutura Urbana
- Colégio das Américas
- Colégio Santo Ivo
- Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
- Diretoria de Ensino Centro-Oeste
- Gabinete do Vereador Augusto Campos
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da PUC/SP
- Instituto Ação Ambiente - IAA
- Jornal da Gente
- Millenium ONG
- Organização dos Moradores de Pirituba
- Senac Centro de Educação Ambiental
- Sociedade Amigos da Lapa de Baixo
- Subprefeitura Lapa
- Unínove
- Unip - Campus Marquês
- Atores individuais